

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE
LIDO NA SESSÃO
Em: 27/06/23
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
HORIZONTE



PROJETO DE LEI Nº. 046/2023

Altera anexo IV do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Horizonte/CE e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:


Art. 1º - O Anexo IV, na categoria funcional Atividades de Nível Operacional, da Lei Municipal nº 1.466, de 16 de dezembro de 2021 passa a vigorar conforme Anexo IV, desta Lei.


Art. 2º - Os efeitos financeiros dessa Lei retroagirão à 1º de maio de 2023.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


SALA DA SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, em 27 de junho de 2023.

MESA DIRETORA

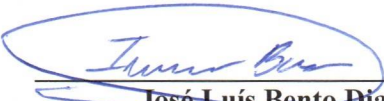

Diego Pinheiro de Oliveira da Silva
Presidente


Antônio Euzébio de Sousa Filho
1º vice-Presidente


Rhenan Cavalcante Assunção
2º Vice-Presidente


Fátima Tatiana Freire Nogueira
1ª Secretária


Getúlio Wargas dos Santos
2ª Secretário


José Luís Bento Dias
3º Secretário

JUSTIFICATIVA

Justifica-se nossa proposição devido à fixação do novo Salário Mínimo a partir de 1º de maio de 2023 sendo necessário à adequação no quadro de salários dos servidores ocupantes da categoria Agente Operacional de nossa Casa Legislativa, o que fazemos agora.

Assim, solicitamos de nossos pares a devida aquiescência a fim de aprovarmos a matéria em verga.

SALA DA SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, em 27 de junho de 2023.

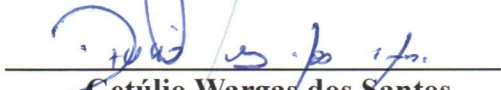
MESA DIRETORA



Diego Pinheiro de Oliveira da Silva
Presidente



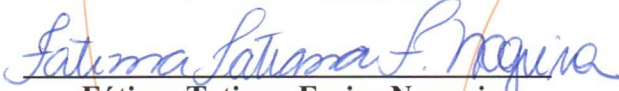
Rhenan Cavalcante Assunção
2º Vice-Presidente



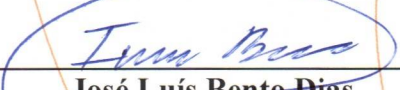
Getúlio Wargas dos Santos
2º Secretário



Antonio Euzébio de Sousa Filho
1º Vice-Presidente



Fátima Tatiana Freire Nogueira
1º Secretário



José Luís Bento Dias
3º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE

ANEXO IV, NA CATEGORIA FUNCIONAL ATIVIDADES DE NÍVEL OPERACIONAL, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.466, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO DE VENCIMENTO		CLASSE DE CAPACITAÇÃO					
			I	II	III	IV	V	VI
ATIVIDADES DE NÍVEL OPERACIONAL	P01	R\$ 1.366,20	1					
	P02	R\$ 1.414,02	2	1				
	P03	R\$ 1.463,51	3	2	1			
	P04	R\$ 1.514,73	4	3	2	1		
	P05	R\$ 1.567,75	5	4	3	2	1	
	P06	R\$ 1.622,62	6	5	4	3	2	1
	P07	R\$ 1.679,41	7	6	5	4	3	2
	P08	R\$ 1.738,19	8	7	6	5	4	3
	P09	R\$ 1.799,02	9	8	7	6	5	4
	P10	R\$ 1.861,99	10	9	8	7	6	5
	P11	R\$ 1.927,16	11	10	9	8	7	6
	P12	R\$ 1.994,61	12	11	10	9	8	7
	P13	R\$ 2.064,42	13	12	11	10	9	8
	P14	R\$ 2.136,68	14	13	12	11	10	9
	P15	R\$ 2.211,46	15	14	13	12	11	10
	P16	R\$ 2.288,86	16	15	14	13	12	11
	P17	R\$ 2.368,97	17	16	15	14	13	12
	P18	R\$ 2.451,89	18	17	16	15	14	13
	P19	R\$ 2.537,70	19	18	17	16	15	14
	P20	R\$ 2.626,52	20	19	18	17	16	15
	P21	R\$ 2.718,45		20	19	18	17	16
	P22	R\$ 2.813,60			20	19	18	17
	P23	R\$ 2.912,07				20	19	18
	P24	R\$ 3.013,99					20	19
	P25	R\$ 3.119,48						20



Avenida D. Luís, 300, salas 1008/1009
Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-230
Avenida Shopping e Office
E-Mail: antoniojosemaiaadv@gmail.com

PARECER Nº

/2023 AO PROJETO DE LEI Nº 46 DE 2023

Constitucional. Administrativo. Financeiro. Atualização salarial do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores de Provimento Efetivo. Preenchimento dos requisitos legais. Admissibilidade. Inteligência do artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Horizonte.

RELATÓRIO

Trata o presente parecer acerca do projeto de lei nº 46/2023, da lavra da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Horizonte, o qual *"Altera anexo IV do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Horizonte/CE e dá outras providências."*

O projeto de lei traz no bojo a atualização da Remuneração dos Servidores da categoria funcional Atividades de Nível Operacional em razão da Medida Provisória 1172/23 que reajustou o salário-mínimo para R\$ 1.320, a partir de 1º de maio de 2023.

É o relatório, será breve o parecer.

MÉRITO

De início, transcrevo a previsão do artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Horizonte:

Art. 36. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu regimento interno, dispondo sobre a organização, a política, o provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

[...] VIII - todo e qualquer assunto da sua administração interna.

Tem-se a disciplina que autoriza a iniciativa da Câmara sobre para qualquer assunto da sua administração interna. Do ponto de vista da competência normativa do órgão que se propõe a editar a norma ora em processo de elaboração, não se detectam ressalvas. Versa o projeto de lei sobre típica questão interna do Poder Legislativo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso VI, estabelece o princípio da irredutibilidade salarial, que proíbe a redução do salário dos servidores, exceto nos casos previstos em lei. A atualização da Remuneração dos Servidores da categoria funcional Atividades de Nível Operacional com base no novo salário-mínimo é

N.



Avenida D. Luís, 300, salas 1008/1009
Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-230
Avenida Shopping e Office
E-Mail: antoniojosemaiaadv@gmail.com

coerente com esse princípio, uma vez que visa manter o poder aquisitivo desses servidores, garantindo que seus vencimentos não sejam corroídos pela inflação.

Com a aprovação da Medida Provisória 1172/23, que reajustou o salário-mínimo para R\$ 1.320, houve uma alteração significativa no poder aquisitivo dos trabalhadores em geral.

Nesse contexto, é justo e necessário que os servidores da categoria Atividades de Nível Operacional também tenham seus vencimentos atualizados, incluindo a tabela decorrente do piso, de modo a preservar o equilíbrio entre as diferentes faixas salariais e garantir a equidade na remuneração. Sobretudo diante da redação do art. 93, §2º:

“A referência inicial da categoria de atividades de nível operacional, de que trata a tabela vencimental definida no Anexo IV, desta Lei, será composta do salário mínimo nacional vigente, acrescido de 3,5% (três e meio por cento).”

Versa o projeto, em outras palavras, sobre questão *interna corporis*, a qual deve ser apreciada pelo Poder Legislativo segundo critérios próprios de oportunidade e conveniência. Quanto à forma de proposição, também não se vislumbram vícios. Já do ponto de vista da iniciativa legislativa, *prima facie*, não se vislumbra vício.

Assim, no tocante à juridicidade, a matéria conforma-se perfeitamente ao ordenamento jurídico pátrio e aos preceitos gerais do direito, não se verificando qualquer impedimento à sua aprovação, posto que não fere nenhuma das disposições constitucionais e legais acima elencadas, opinamos pelo prosseguimento regular do trâmite legislativo.

É o parecer. S.m.j.

MAIA & ROCHA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Registro de Ordem nº 1428